

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E O DIREITO À APRENDIZAGEM: AVANÇOS E RETROCESSOS

PUBLIC EDUCATION POLICIES AND THE RIGHT TO LEARNING: ADVANCES AND SETBACKS

Maria do Socorro da Cruz Brito

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Elvis da Silva Moura

MUST University, Estados Unidos

Ereci Onofre da Silva

MUST University, Estados Unidos

Natali Lopes do Nascimento Tottola

MUST University, Estados Unidos

Alice Juliana Nascimento

MUST University, Estados Unidos

Sabrina de Oliveira Soares

MUST University, Estados Unidos

Francilino Paulo de Sousa

Ivy Enber Christian University, Estados Unidos

Janete Silva de Senna Barreto Bonfim

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/fwqyqh15>

Publicado em: 24.12.2025

RESUMO: No contexto de tensões entre avanços e retrocessos que marcam a organização dos sistemas educacionais, a garantia do direito à aprendizagem foi analisada a partir das políticas públicas educacionais, consideradas instrumentos centrais da ação do Estado diante das demandas sociais, com impactos diretos no acesso, na permanência, na equidade e na qualidade da educação em contextos nacionais e internacionais. Diante desse cenário, o presente artigo abordou o tema das políticas públicas educacionais sob a perspectiva de seus avanços, retrocessos e impactos no processo educativo, tendo como objetivo examinar de que forma essas políticas contribuem para a promoção da equidade educacional, ao mesmo tempo em que se buscou compreender em que medida os retrocessos comprometem a efetividade desse direito. A investigação caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, entendida como o levantamento, a seleção, a análise e a organização sistemática de produções científicas, procedimento que possibilitou a construção teórica do objeto de estudo, conforme o rigor metodológico indicado por Santana, Narciso e

Santana (2025). A técnica de análise baseou-se na leitura crítica, interpretação e articulação dos dados coletados nas fontes selecionadas. Os resultados mostraram que os avanços ocorrem na ampliação do acesso e no fortalecimento das diretrizes educacionais, enquanto os retrocessos se manifestam pela fragmentação das ações e pela precarização institucional, mantendo a efetividade das políticas públicas condicionada ao fortalecimento das instituições, à adequada alocação de recursos e ao compromisso com a equidade e o direito à aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Direito à Aprendizagem. Equidade Educacional. Educação. Processo Educativo.

ABSTRACT: In the context of tensions between advances and setbacks that shape the organization of educational systems, the guarantee of the right to learning was analyzed through educational public policies, considered central instruments of State action in response to social demands, with direct impacts on access, permanence, equity, and the quality of education in national and international contexts. In this scenario, the present article addressed the theme of educational public policies from the perspective of their advances, setbacks, and impacts on the educational process, aiming to examine how these policies contribute to the promotion of educational equity, while also seeking to understand the extent to which setbacks compromise the effectiveness of this right. The investigation was characterized as a bibliographic study, understood as the survey, selection, analysis, and systematic organization of scientific productions, a procedure that enabled the theoretical construction of the object of study, in accordance with the methodological rigor indicated by Santana, Narciso, and Santana (2025). The analysis technique was based on critical reading, interpretation, and articulation of the data collected from the selected sources. The results showed that advances occur in the expansion of access and in the strengthening of educational guidelines, while setbacks are manifested through the fragmentation of actions and institutional precariousness, leaving the effectiveness of public policies conditioned on the strengthening of public institutions, the adequate allocation of resources, and a sustained commitment to equity and the right to learning.

KEYWORDS: Public Policies. Right To Learning. Educational Equity. Education. Educational Process.

Introdução

As políticas públicas educacionais são compreendidas como instrumentos centrais da Ação do Estado diante das demandas sociais, impactando o acesso, a permanência, a equidade e a qualidade da educação. Ao longo do tempo, apresentaram avanços, como a ampliação do acesso à escolarização e o fortalecimento do arcabouço normativo, mas também retrocessos decorrentes da fragmentação das ações, da descontinuidade administrativa e da precarização institucional. Nesse cenário, a garantia do direito à aprendizagem configura-se como um campo tensionado por disputas políticas e desafios persistentes em contextos nacionais e internacionais.

Diante dessa realidade, o presente artigo analisou as políticas públicas educacionais sob a perspectiva de seus avanços, retrocessos e impactos no processo educativo. O objetivo foi examinar de que forma essas políticas contribuem para a promoção da equidade educacional,

ao mesmo tempo em que se buscou compreender em que medida os retrocessos comprometem a efetividade desse direito, sendo a pergunta de pesquisa: ‘de que maneira as políticas públicas educacionais influenciam a garantia do direito à aprendizagem diante dos avanços e retrocessos observados?’

A metodologia adotada caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da seleção, análise e organização sistemática de produções científicas, conforme Santana, Narciso e Santana (2025). A análise baseou-se na leitura crítica, interpretação e articulação dos dados coletados. O artigo foi estruturado em três momentos centrais: conceito e importância das políticas públicas educacionais; avanços na garantia do direito à aprendizagem; retrocessos, desafios atuais e impactos no processo educativo, seguidos dos resultados, discussões e considerações finais.

Metodologia

A pesquisa desenvolveu-se por meio de abordagem qualitativa, de natureza teórica, caracterizada como pesquisa bibliográfica, procedimento que permitiu a análise sistemática de produções científicas relacionadas às políticas públicas educacionais e ao direito à aprendizagem, conforme a compreensão de que as metodologias científicas na área educacional exigem rigor na seleção, análise e organização das fontes para assegurar a consistência dos resultados (Santana; Narciso; Santana, 2025).

O processo metodológico envolveu a definição do tema, a delimitação dos objetivos, a busca intencional de materiais, a leitura criteriosa dos textos selecionados, a análise crítica dos conteúdos e a organização das informações de forma articulada. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: ‘políticas públicas’, ‘educação’, ‘direito à aprendizagem’, ‘equidade educacional’ e ‘desigualdades educacionais’, empregadas em combinações simples para ampliar a precisão dos resultados.

As buscas foram realizadas na base de dados SciELO, biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos de acesso aberto nas áreas da educação, ciências humanas e sociais, reconhecida por seu rigor editorial e alcance internacional. Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados dentro do recorte temporal definido pelo artigo, com pertinência temática direta e relevância acadêmica para os objetivos propostos; como critérios de exclusão, foram desconsiderados textos repetidos, produções fora do período estabelecido e trabalhos que não apresentavam relação direta com o objeto investigado.

Políticas públicas educacionais: conceito e relevância social

As políticas públicas educacionais são compreendidas como instrumentos estruturantes da ação do Estado diante das demandas sociais. De modo especial, essas ações se vinculam à garantia de direitos fundamentais, os quais sustentam a promoção da equidade, do acesso à educação e da permanência dos estudantes nos sistemas de ensino.

Nesse sentido, sua formulação e implementação estão diretamente relacionadas à organização coletiva, ao enfrentamento das desigualdades e à promoção de oportunidades educacionais. É possível entender essa dimensão quando Soares e Porto (2023, p. 6) afirmam que:

Pode-se compreender as políticas públicas como a voz do povo sob a responsabilidade do Estado, por meio de ações que possam solucionar problemas ou desenvolver elementos essenciais para a vida em sociedade. Não são apenas políticas estatais, mas, políticas estatais que tenham por premissa gerar o bem comum para toda a sociedade em áreas específicas, como no caso deste estudo, na área da educação.

Além disso, as políticas públicas não se restringem a ações isoladas do poder público, uma vez que envolvem processos decisórios que articulam diferentes organismos, instituições e agentes sociais, os quais participam direta ou indiretamente de sua formulação, implantação e acompanhamento. Nessa perspectiva, tais políticas ultrapassam a noção limitada de iniciativas exclusivamente estatais, pois são construídas a partir de relações sociais, disputas de interesses e pactuações institucionais voltadas ao atendimento das demandas coletivas (Soares; Porto, 2023).

Por conseguinte, no campo educacional, as políticas públicas assumem papel formativo e social de grande alcance, uma vez que orientam as práticas pedagógicas, a organização dos sistemas de ensino, a formação docente e o acesso equitativo à escolarização. Tal compreensão se expressa quando Soares e Porto (2023, p. 1) pontuam que:

As políticas públicas educacionais fazem papel educativo e social, quando buscam a partir de sua essência transformar as escolas, fundamentando a qualidade das escolas, da formação dos professores e das oportunidades iguais para cada aluno, permitindo assim, a transformação da sociedade em todo o Brasil.

Nesse mesmo direcionamento, as políticas públicas educacionais são entendidas como mecanismos capazes de impulsionar mudanças estruturais no espaço escolar e no próprio tecido social. Assim, seu alcance ultrapassa os limites da sala de aula, uma vez que promove impactos na organização da escola, na trajetória dos estudantes e na própria configuração da sociedade, sendo consideradas instrumentos de avanço contínuo das práticas educacionais (Soares; Porto, 2023).

Do mesmo modo, tais políticas são concebidas como estratégias voltadas à superação dos desafios que atravessam a educação, buscando reduzir desigualdades, enfrentar defasagens e atenuar as disparidades existentes entre os sujeitos no interior das escolas. Dessa forma, sua finalidade não se restringe à normatização de ações, mas se estende à busca por soluções para problemas históricos que comprometem o acesso, a permanência e o sucesso escolar (Delgado; Silva, 2018).

Entretanto, é fundamental reconhecer que essas políticas também assumem a função de intervir diretamente nas dificuldades cotidianas vivenciadas pelas instituições de ensino. Isto é evidenciado pelos autores ao dizerem que “[...] o papel delas é de ‘enfrentar de frente os problemas existentes no cotidiano das escolas que reduzem a possibilidade de manter a qualidade na educação.’” (Delgado; Silva, 2018, p. 72). Dessa maneira, as políticas públicas educacionais

tornam-se meios fundamentais para sustentar a organização do trabalho pedagógico e assegurar condições mínimas para o desenvolvimento do processo educativo.

Ademais, sob a perspectiva social, as políticas públicas representam ações estatais direcionadas à mediação de conflitos e à proteção dos interesses coletivos, sobretudo no que se refere à formação do capital humano. Assim, no campo educacional, elas assumem um caráter social estratégico, ao contribuírem para a regulação das relações entre Estado, escola e sociedade, garantindo condições para o desenvolvimento humano e social por meio da educação (Delgado; Silva, 2018).

As políticas públicas educacionais configuram-se como elementos indispensáveis para a organização dos sistemas de ensino, para a promoção da equidade e para a efetivação do direito à aprendizagem. Sua relevância ultrapassa o plano normativo, alcançando o cotidiano das escolas, a atuação docente e as trajetórias dos estudantes, afirmando-se como instrumentos que impactam diretamente a qualidade da educação e a transformação da sociedade.

Avanços das políticas públicas na garantia do direito à aprendizagem

A garantia do direito à aprendizagem, no âmbito das políticas públicas educacionais, tem sido construída por meio de processos históricos marcados por disputas, reformas institucionais e reconfigurações das responsabilidades do Estado frente às demandas sociais. Nesse percurso, observa-se o fortalecimento de instrumentos normativos, de mecanismos de financiamento, de sistemas de avaliação e de programas voltados à ampliação do acesso, da permanência e do sucesso escolar.

Ademais, tais avanços estão associados à incorporação progressiva da equidade como princípio orientador das ações governamentais, tanto no contexto nacional quanto em experiências internacionais, nas quais se verifica a adoção de políticas voltadas à superação de desigualdades educacionais estruturais. A partir dessa perspectiva, destaca-se que “pode-se afirmar que as regulações e suas medidas de políticas, frente ao desafio da equidade, estão estreitamente relacionadas aos contextos, medidas educativas, trajetória e dinâmica dos atores intervenientes.” (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020, p. 702).

Além disso, compreende-se que

Quando uma política pública gera equidade, supõe-se que os interesses pesem sobremaneira na implementação, uma vez que implica mudanças nos critérios de distribuição de bens sociais valorizados para que beneficiem os desfavorecidos (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020, p. 702).

Dessa forma, os avanços no direito à aprendizagem não se concretizam apenas pela existência das normas que estruturam as políticas educacionais. Eles dependem, sobretudo, da efetivação dessas diretrizes nas práticas institucionais, na organização dos sistemas de ensino e nas condições reais oferecidas aos estudantes nos diferentes contextos educacionais.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas voltadas à equidade resulta de decisões políticas profundamente condicionadas por múltiplos fatores, como o comportamento das elites dirigentes, o poder político das instituições executoras, o acesso a recursos financeiros, físicos e humanos, os conflitos entre grupos sociais e os mecanismos de mediação desses conflitos, bem como a força da burocracia estatal e as condições demográficas dos territórios (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020). Assim, os avanços observados não decorrem de movimentos lineares, mas de arranjos complexos entre interesses, disputas e capacidades institucionais.

Do mesmo modo, as políticas curriculares no Brasil têm revelado a coexistência de estratégias de regulação de natureza burocrática e pós-burocrática, o que evidencia diferentes modelos de governança educacional. Observa-se, ainda, a ampliação de práticas voltadas ao monitoramento da qualidade da educação, fortemente articuladas às políticas de avaliação externa, as quais buscam orientar a atuação dos gestores e subsidiar a tomada de decisões no campo educacional. Por isso, torna-se relevante o estudo dessas políticas, a fim de compreender suas especificidades e os impactos produzidos sobre os sistemas de ensino (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020).

Entretanto, embora se reconheçam avanços expressivos no plano legal e programático, verifica-se que as políticas públicas educacionais ainda enfrentam desafios relacionados à sua continuidade, coerência interna e efetivação prática no cotidiano escolar. Em muitos casos, tais políticas são marcadas por descontinuidades e fragilidades institucionais, o que compromete a estabilidade de resultados duradouros no âmbito da aprendizagem (Santos *et al.*, 2024). Ademais, observa-se a presença crescente de interesses privados na formulação e execução das políticas, o que tem contribuído para a fragmentação das ações e para a instabilidade dos processos educativos (Santos *et al.*, 2024).

Ainda assim, em termos gerais, os avanços das políticas públicas educacionais podem ser observados na ampliação do acesso à educação básica, na institucionalização de diretrizes curriculares nacionais, no fortalecimento de programas de financiamento, na valorização da formação docente e na expansão de políticas de acompanhamento das aprendizagens. No cenário internacional, experiências voltadas à universalização do ensino, à redução das desigualdades e ao fortalecimento da escola pública também evidenciam esforços consistentes na direção da garantia do direito à educação.

Por conseguinte, no contexto brasileiro, esses avanços se expressam no fortalecimento do arcabouço normativo, na criação de programas de assistência estudantil, na ampliação das avaliações em larga escala e na implementação de ações voltadas à inclusão e à permanência escolar. Tais medidas buscam assegurar padrões mínimos de qualidade educacional e promover condições mais equitativas entre os diferentes territórios e redes de ensino.

Os avanços das políticas públicas na garantia do direito à aprendizagem configuram-se como conquistas relevantes, ainda que atravessadas por limites estruturais, disputas políticas e desafios institucionais. A efetividade dessas políticas depende, sobretudo, da continuidade

das ações, do fortalecimento das instituições públicas, da adequada alocação de recursos e do compromisso permanente com a promoção da equidade educacional.

Retrocessos, desafios atuais e impactos no processo educativo

Os retrocessos nas políticas públicas educacionais manifestam-se de forma recorrente em distintos contextos históricos e geopolíticos, expressando conflitos entre diferentes projetos de sociedade, fragilidades institucionais e mudanças nas prioridades assumidas pelo Estado. No cenário contemporâneo, tanto em âmbito nacional quanto internacional, observa-se que os sistemas educacionais têm enfrentado ciclos de avanços e recuos, especialmente no que se refere ao financiamento da educação, à valorização docente e à garantia de condições equitativas de aprendizagem. Assim, tais retrocessos impactam diretamente a organização do trabalho pedagógico, a permanência dos estudantes e a efetividade do direito à educação.

As políticas educacionais brasileiras das últimas décadas têm apresentado movimentos simultâneos de ampliação do acesso e de enfraquecimento institucional, o que compromete sua efetividade e limita o alcance das garantias educacionais, sobretudo entre os grupos socialmente mais vulnerabilizados (Santos *et al.*, 2024). Dessa maneira, a instabilidade das ações governamentais e a ausência de continuidade das políticas públicas aprofundam desigualdades históricas e fragilizam os processos de escolarização, produzindo impactos significativos no cotidiano das escolas.

Além disso, Santos *et al.* (2024, p. 270) observam que

A recorrente reformulação de programas, a interferência de interesses privados em políticas públicas e a fragmentação normativa afetam diretamente a qualidade da educação e revelam disputas em torno da concepção de escola e de formação humana.

Tal cenário evidencia que os retrocessos não se expressam apenas pela retirada direta de direitos anteriormente assegurados. Eles também se manifestam por meio da ruptura de propostas educacionais de longo alcance, que acabam sendo substituídas por ações fragmentadas e descontínuas. Como resultado, compromete-se a construção de políticas estruturantes capazes de promover mudanças efetivas no campo educacional e na dinâmica social.

Do mesmo modo, apesar da existência de avanços formais no campo legal, como as normativas que asseguram a matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, as políticas públicas não têm garantido, de modo efetivo, os meios necessários para que a inclusão se concretize com qualidade e equidade (Santos *et al.*, 2024). Assim, verifica-se que a ausência de investimentos adequados, de formação continuada e de apoio institucional fragiliza as condições de permanência e sucesso escolar desses estudantes.

Além disso, “a precarização dos recursos didáticos, a ausência de formação específica para os docentes e o uso de modelos pedagógicos padronizados limitam a autonomia dos sujeitos e perpetuam desigualdades educacionais.” (Santos *et al.*, 2024, p. 275). Nesse sentido, os desafios

atuais do processo educativo estão diretamente relacionados às condições materiais e formativas oferecidas aos profissionais da educação, bem como às imposições curriculares que desconsideram a diversidade dos contextos escolares.

Observa-se, ainda, que a substituição de projetos educacionais estruturantes por ações pontuais fragiliza a continuidade das políticas e compromete a efetividade dos direitos educacionais no país, uma vez que tais iniciativas não produzem impactos duradouros nos sistemas de ensino (Santos *et al.*, 2024). Dessa forma, os retrocessos também se expressam por meio da fragmentação das ações governamentais, da descontinuidade administrativa e da ausência de planejamento de longo prazo.

No cenário internacional, esses retrocessos também se fazem presentes, especialmente em contextos marcados por políticas de austeridade fiscal, redução de investimentos públicos e fortalecimento de modelos gerencialistas na administração da educação. Em diversos países, tais medidas têm impactado negativamente a valorização da escola pública, intensificado desigualdades regionais e ampliado a distância entre grupos sociais no acesso às oportunidades educacionais.

Por conseguinte, ao dialogar com os autores já discutidos neste artigo, ressalta-se a compreensão de Soares e Porto (2023), ao enfatizarem que as políticas públicas educacionais somente cumprem sua função social quando orientadas pelo compromisso com o bem comum e com a redução das desigualdades. Sob essa perspectiva, os retrocessos observados no campo educacional evidenciam o distanciamento entre os princípios que fundamentam as políticas públicas e as condições concretas de sua efetivação no cotidiano das escolas.

Portanto, os retrocessos, os desafios atuais e os impactos no processo educativo revelam que a garantia do direito à aprendizagem permanece tensionada por disputas políticas, fragilidades institucionais e limitações estruturais. Ainda que existam marcos legais importantes, a efetividade das políticas educacionais depende da continuidade das ações, da adequada alocação de recursos, da valorização dos profissionais da educação e do compromisso permanente com a equidade e a justiça social em contextos nacionais e internacionais.

Resultados e discussões

Os achados da pesquisa indicam que as políticas públicas educacionais assumem função decisiva na efetivação do direito à aprendizagem, seja nos progressos alcançados, seja nos retrocessos identificados nos diferentes contextos examinados. A produção teórica examinada indica que as políticas atuam como mediações entre as demandas sociais e as ações do Estado, sendo responsáveis por estruturar práticas, orientar sistemas de ensino e influenciar diretamente as condições de acesso, permanência e sucesso escolar (Soares; Porto, 2023). Ao mesmo tempo, os achados demonstram que a efetividade dessas políticas está condicionada à forma como são implementadas, aos interesses envolvidos e às condições institucionais disponíveis (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020).

No que se refere ao significado dessas descobertas, observa-se que os avanços identificados no campo educacional, como a ampliação do acesso, a existência de marcos legais e a institucionalização de diretrizes curriculares, não garantem, por si sós, a efetivação plena do direito à aprendizagem. Os resultados indicam que a permanência das desigualdades educacionais está relacionada à instabilidade das políticas, à fragmentação das ações e às fragilidades estruturais dos sistemas de ensino (Santos *et al.*, 2024). Desse modo, as políticas públicas revelam-se fundamentais, porém insuficientes quando não acompanhadas de continuidade administrativa, investimento adequado e fortalecimento institucional.

Ao relacionar essas descobertas com os estudos já realizados por outros autores, constata-se convergência no entendimento de que a promoção da equidade depende diretamente da articulação entre decisões políticas, capacidade administrativa e contexto social. As análises de Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020) indicam que os resultados das políticas educacionais variam conforme a dinâmica dos atores envolvidos, os recursos disponíveis e os modelos de regulação adotados. De forma semelhante, os achados de Delgado e Silva (2018) reforçam que as políticas públicas possuem caráter social e educativo, sendo orientadas para a mediação de conflitos e para a organização das ações estatais no campo da educação.

Além disso, os resultados do estudo também dialogam com as análises de Santos *et al.* (2024), ao indicarem que os retrocessos nas políticas educacionais brasileiras comprometem a efetividade do direito à educação, sobretudo para os grupos socialmente vulnerabilizados. A presença de interesses privados, a precarização dos recursos, a ausência de formação adequada para os docentes e a substituição de projetos estruturantes por ações pontuais aparecem como fatores que intensificam as dificuldades no processo educativo. Assim, os resultados confirmam, de modo indireto, que os avanços e os retrocessos coexistem de forma tensionada no interior das políticas públicas educacionais.

As limitações das descobertas referem-se ao fato de os resultados se apoiarem exclusivamente em pesquisa bibliográfica, o que restringe a análise ao campo teórico e impede a observação direta da realidade escolar e dos impactos imediatos das políticas nos diferentes contextos educacionais, conferindo às conclusões caráter interpretativo. Quanto aos resultados inesperados ou inconclusivos, a literatura indica que a distância entre o plano normativo e a prática institucional, as descontinuidades administrativas, as limitações estruturais e as disputas políticas condicionam de forma significativa os efeitos das políticas públicas educacionais, explicando a heterogeneidade dos resultados encontrados.

No que se refere às sugestões para futuras pesquisas, torna-se relevante a realização de estudos empíricos que permitam analisar, de forma mais direta, os impactos das políticas públicas educacionais no cotidiano das escolas. Recomenda-se o desenvolvimento de investigações que articulem análises documentais com estudos de campo, possibilitando compreender como as normativas são interpretadas, apropriadas e operacionalizadas pelos diferentes sujeitos educativos. Além disso, novas pesquisas podem aprofundar a análise dos mecanismos de

regulação, dos processos de financiamento e da atuação dos interesses privados no interior das políticas educacionais, ampliando a compreensão sobre os desafios contemporâneos do direito à aprendizagem, conforme já indicam as contribuições de Soares e Porto (2023), Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020), Santos *et al.* (2024) e Delgado e Silva (2018).

Conclusão

Este estudo atingiu seus objetivos ao examinar as políticas públicas educacionais sob a perspectiva dos avanços, dos retrocessos e dos impactos no processo educativo, demonstrando sua importância para a efetivação do direito à aprendizagem. Ao longo do desenvolvimento, foi possível compreender que tais políticas atuam como instrumentos centrais da ação do Estado diante das demandas sociais, influenciando diretamente o acesso, a permanência, a equidade e a qualidade da educação nos diferentes contextos.

Verificou-se que os avanços das políticas públicas educacionais se manifestam na ampliação do acesso à escolarização, no fortalecimento das diretrizes curriculares e na adoção de mecanismos de acompanhamento das aprendizagens, em contextos nacionais e internacionais. Contudo, esses avanços coexistem com retrocessos marcados pela fragmentação das ações, pela descontinuidade administrativa, pela precarização das condições materiais e pelas limitações na formação docente, o que compromete a efetividade do direito à aprendizagem, sobretudo entre os grupos socialmente vulnerabilizados. Além disso, constatou-se que a existência de marcos legais, isoladamente, não assegura a efetivação das políticas no cotidiano escolar, uma vez que sua materialização depende das condições institucionais, da alocação de recursos, da continuidade das ações e do compromisso com a equidade.

Dessa forma, conclui-se que as políticas públicas educacionais permanecem atravessadas por tensões, disputas e desafios estruturais que impactam diretamente o processo educativo. Ainda que avanços tenham sido registrados, os retrocessos e as fragilidades institucionais demonstram que a garantia do direito à aprendizagem não se encontra plenamente assegurada, exigindo permanente atenção do poder público e da sociedade.

Assim, estimula-se que mais pesquisas sejam feitas sobre esse assunto, especialmente estudos que aprofundem a compreensão dos efeitos concretos das políticas públicas no cotidiano escolar, ampliem o debate sobre equidade educacional e contribuam para o fortalecimento das ações voltadas à efetivação do direito à aprendizagem em diferentes realidades educacionais.

Referências

- DELGADO, T. C. G.; SILVA, R. de C. da. A importância das políticas públicas educacionais no Brasil. **FABE em Revista**, Bertioga, v. 8, p. 67-76, 2018.
- RIBEIRO, V. M.; BONAMINO, A.; MARTINIC, S. Implementação de políticas educacionais e equidade: regulação e mediação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 698-717, 2020.
- SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13702, 2025.
- SANTOS, P. A. dos; LAGARES, L. G.; TONHÁ, R. M. da S.; BORGES, A. A.; RODRIGUES, M. D. de S. L. Políticas educacionais no Brasil: entre avanços e retrocessos. **Missioneira**, Santo Ângelo, v. 26, n. 1, p. 269-279, 2024.
- SOARES, M. de O.; PORTO, A. P. T. As políticas públicas educacionais como instrumentos para a qualidade da educação e a construção de uma nova sociedade no Brasil. **ReTER**, Santa Maria, v. 4, p. 1-17, 2023.